

Comandado por Camilo Santana e Izolda Cela, Ministério da Educação será reestruturado em 2023



O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva escolheu o ex-governador do Ceará Camilo Santana para chefiar o Ministério da Educação. "Sinto-me honrado com a missão. Um grande desafio, que abraço com toda determinação para fazer o melhor. Só acredito no crescimento de um país, de forma justa e sustentável, quando a educação é tratada como prioridade absoluta, com mais oportunidade para os jovens", salientou.

Governador do Ceará por oito anos, entre 2014 e 2022, Santana foi eleito neste ano para o primeiro mandato como senador. Com 54 anos, ele é formado em engenharia agrônoma, com mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará. Com início de carreira como servidor público federal, ele atuou também em secretarias do Governo do Ceará, antes de ser eleito para comandar o Executivo estadual.

Após a confirmação de seu nome como futuro ministro da Educação, Santana informou que duas gestoras que trabalharam com ele no Ceará integrarão a equipe do novo governo. A secretaria-executiva ficará a cargo de Izolda Cela, atual governadora do Ceará. Para o comando do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a escolhida foi Fernanda Pacobahyba, secretária de Fazenda do estado. A expectativa é de anúncio de mais nomes nos próximos dias. "Trabalharemos com empenho e compromisso para a melhoria da educação do Brasil", disse Izolda.

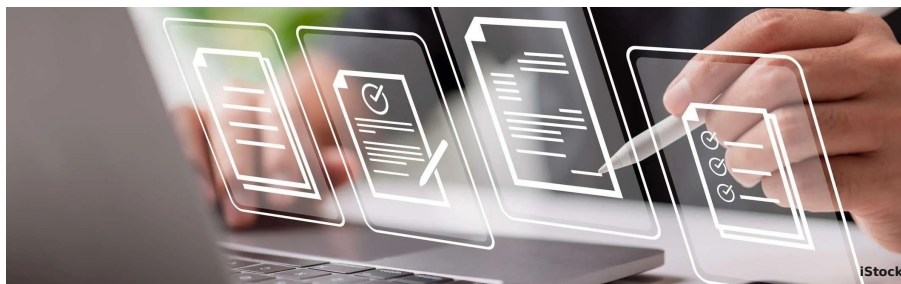
Entre as primeiras iniciativas do novo governo está a reestruturação da pasta. "A gente precisa reorganizar o Inep, a Capes, o FNDE, que são estruturas muito importantes para a execução das políticas de educação no Brasil", frisou Santana. A recomposição do orçamento da educação também está na lista de prioridades. "Os desafios são enormes. Já conseguimos recuperar um pouco do orçamento do ministério já para 2023", destacou, em relação ao acréscimo de R\$ 12 bilhões previsto na Emenda Constitucional 126.

Nas próximas semanas, o MEC deve reunir os secretários estaduais de educação e reitores de institutos e universidades federais, além de fazer um levantamento sobre obras paralisadas. De acordo com a equipe de transição, a melhoria do investimento das instituições federais e a garantia das bolsas de estudos para estudantes e pesquisadores é "fundamental para uma educação de qualidade".

A expectativa do ensino superior privado é de que haja anúncios de mais recursos para o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), além da desburocratização do processo regulatório e decisão sobre a nova política para autorização de novos cursos e aumento de vagas da graduação de medicina no país.

A cerimônia de posse será realizada no dia 2 de janeiro. A AMIES estará presente representando o compromisso com a educação de qualidade e o diálogo com o poder público.

Capex: Brasil tem acréscimo de 37% em programas de pós-graduação de excelência



A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgou os resultados da Avaliação Quadrienal 2017-2020. Dos 4.512 programas de pós-graduação (PPG) *stricto sensu* (mestrado e doutorado) avaliados, 671 estão no nível de excelência acadêmica porque obtiveram as notas 6 e 7. O quantitativo representa um acréscimo de 37% ao se comparar com o período anterior, quando 490 programas chegaram ao patamar máximo de avaliação. No geral, 34% dos PPGs aumentaram a nota, 54% se mantiveram no mesmo patamar e 4% tiveram redução. Além desses, 325 programas novos passaram por avaliação. A nota atribuída a cada PPG vai de 1 a 7, sendo que 3 é o mínimo para o seu funcionamento. De acordo com a Capes, 45 programas (1% do total) obtiveram nota abaixo de três, de acordo com os parâmetros de avaliação, e por isso serão descredenciados. Todos os dados dos resultados estão na página da Avaliação Quadrienal 2017-2020 no [site da Capes](#). O coordenador de cada PPG tem até o dia 6 de janeiro para interpor recursos, que deverão ser enviados exclusivamente pelo [Protocolo Digital](#), seguindo o modelo constante no Anexo I da [Portaria 185/2019](#), junto

com a documentação exigida. A Avaliação Quadrienal 2017-2020 sofreu atrasos devido à pandemia e a questões jurídicas. Para o Ministério Público Federal (MPF), havia critérios ilícitos no ranqueamento dos programas de mestrado e doutorado do país. Em setembro deste ano, um acordo entre a Capes o MPF permitiu a divulgação dos resultados. A Fundação assumiu o compromisso de não empregar nenhum parâmetro avaliativo novo a um período anterior de sua criação.

“A Capes e a comunidade acadêmico-científica entregam uma avaliação mais qualitativa, como um melhor diagnóstico da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, o que ressalta a sua relevância para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental do País”, frisou a presidente da Capes, Cláudia Queda de Toledo.

A comissão julgadora foi composta por 1.808 consultores e acompanhada por 147 coordenadores de área. Do total de programas, 1.448 são do Colégio de Ciências da Vida, 1.545 de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar e 1.508 de Humanidades, além de 11 Programas Profissionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Inep lança plataforma com dados do Censo da Educação Superior



O Inep lançou o [Painel de Business Intelligence](#) do Censo da Educação Superior. A plataforma apresenta as principais estatísticas e os indicadores resultantes do segmento. As informações disponibilizadas estão organizadas a partir dos diferentes focos da pesquisa (instituições de ensino, cursos de graduação, vagas, matrículas, docentes, entre outros). Apresentadas por meio de gráficos, tabelas e mapas, elas podem ser acessadas por qualquer pessoa com interesse na educação superior no Brasil.

Seres entrega sistemas para acompanhamento de processos

O MEC, por meio da Seres, lançou o sistemas e-Cebas e Observatório Seres, além da versão atualizada do e-MEC, que têm como objetivo assegurar qualidade e autonomia, além de oferecer para o setor de ensino superior privado previsibilidade e segurança jurídica para garantir qualidade na oferta de vagas. De acordo com a pasta, o sistema e-MEC trará mais confiabilidade aos dados e fornecerá acompanhamento analítico de alta direção. Já o e-Cebas contribuirá para uma maior agilidade no andamento dos processos. O Observatório Seres, por sua vez, proporcionará o cruzamento de dados.

MERCADO

▶ **Cogna** pretende crescer em suas três linhas de negócios em 2023. O grupo também descartou a venda da Vasta e está negociando a **inclusão** de outros sistemas de ensino em sua plataforma como é o caso do Mackenzie.

▶ Diante de uma desvalorização de quase 60% nos papéis, a **Arco Educação** recebeu uma proposta da General Atlantic e da Dragoner para fechar capital. A companhia reportou prejuízo de R\$ 72,4 milhões no **terceiro trimestre** e a receita líquida subiu 38,6% para R\$ 253,9 milhões.

▶ Num cenário de desemprego, queda de renda e cortes no orçamento do MEC, **Fies para curso online** entra no debate. Em 2021, 51% dos alunos da rede privada estavam matriculados na modalidade de ensino à distância.

▶ O empresário Chaim Zaher e sua família aumentaram de 7,6% para 10,8% a **participação acionária** que detêm na Yduqs, segundo maior grupo de ensino superior do Brasil.

▶ Uso do **cartão de crédito** para gastos com Educação aumenta em 2022.

▶ **Parcerias** tentam acelerar **formação de novos técnicos**. Empresas e centros de pesquisa focam na abordagem interdisciplinar e aplicação prática.

MEC cria nova instância para analisar e revisar as deliberações feitas pelo CNE

Na reta final da atual gestão, o Ministério da Educação criou uma nova instância com o poder de revisar os processos de credenciamento de instituições de ensino superior e autorização de cursos de graduação.

A **portaria 1079** institui, no âmbito da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), o Colegiado de Direção e Assessoramento (CDA), com caráter permanente, com o objetivo de analisar e opinar acerca dos pareceres emitidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e subsidiar, assim, a tomada de decisão. A norma determina que o CDA será composto pelos titulares da Diretoria de Política Regulatória, da Diretoria de Regulação da Educação Superior e da Dire-

toria de Supervisão da Educação Superior.

O normativo não foi bem recebido pelo setor de ensino superior privado, que entendeu que o ato enfraqueceria as deliberações feitas pelo CNE, que tem competências originárias e recursais nos processos regulatórios.

Para o assessor jurídico da AMIES, Esmeraldo Malheiros, a portaria é incompreensível dentro da lógica regulatória. "Os pareceres do CNE não podem ser objeto de análise e revisão pela Seres, especialmente quando o Conselho estiver atuando como órgão recursal dos pronunciamentos feitos pela Seres", ressaltou.

A equipe de transição do governo eleito já articula a revogação da portaria após a posse de Lula.

Inep adia divulgação de indicadores de qualidade do ensino superior de 2021



O Inep adiou a divulgação do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) – edição 2021. Os resultados estarão disponíveis a partir de 17 de janeiro. A data foi postergada devido a "ajustes realizados nos procedimentos de manifestações

dos insumos desses indicadores".

O CPC é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação. Seu cálculo ocorre com base na execução da avaliação, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta – corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos. Já o IGC avalia as instituições de educação superior, e leva em conta aspectos como a média dos CPCs do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados.

Definido o cronograma do Censo da Educação Superior 2022



Por meio da [portaria 252](#), o Inep divulgou o cronograma do Censo da Educação Superior 2022. De acordo com o calendário, a coleta de dados será realizada entre os dias 2 de fevereiro e 23 de junho. As informações devem ser declaradas, por meio do [Sistema Censup](#), pelo representante legal de todas as instituições federais, estaduais, municipais, privadas ou especiais que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Entre 1º e 16 de junho, o Inep

verificará (*in loco* ou por videoconferência) a procedência dos dados declarados. Já os ajustes das informações, de acordo com as orientações da Autarquia, deverão ser feitos até o dia 23 de junho. A divulgação dos resultados finais da pesquisa está prevista para 19 de setembro.

O cronograma do Inep estabelece também que em 24 de janeiro começa o período de atualização cadastral dos recenseadores institucionais, responsáveis por preencher os formulários eletrônicos,

verificar e corrigir as inconsistências de dados, bem como apurar questionamentos do Inep a respeito das informações já declaradas.

Censo - Realizado anualmente pelo Inep, o Censo da Educação Superior é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as instituições de nível superior que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica, bem como sobre seus alunos e docentes. Após a divulgação dos resultados finais, as informações coletadas passam a figurar como dados oficiais. Além de subsidiar o monitoramento e a avaliação de políticas públicas da educação superior, o censo contribui para o cálculo de indicadores de qualidade, como o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC).



O Inep superou a marca de 8.016 avaliações *in loco* em instituições de educação superior e cursos de graduação neste ano. Ao todo, foram realizadas 7.242 visitas na modalidade virtual e 774 avaliações presenciais. O avanço no número de avaliações é resultado da implementação da visita externa virtual *in loco*, em 2021, criada para dar seguimento aos processos avaliativos das instituições de educação superior durante a pandemia de covid-19.



A futura ministra da Ciência e Tecnologia Luciana Santos afirmou que trabalha para articular, ainda em 2023, a recomposição orçamentária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A iniciativa visa conseguir reajustar os valores das bolsas de estudos pagas para estudantes de mestrado e doutorado no país. Os pesquisadores recebem R\$ 1.500 (mestrado) e R\$ 2.200 (doutorado) desde o ano de 2013.



Após dois anos de pandemia, em 2021, um em cada quatro jovens brasileiros de 15 a 29 anos, o equivalente a 25,8%, não estudava, nem estava ocupado. Mais da metade do total - 62,5% - era mulher. Os dados fazem parte da Síntese de Indicadores Sociais (SIS): uma análise das condições de vida da população brasileira 2022, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse é o grupo mais vulnerável em períodos de crise econômica.

Mais de 200 pedidos de criação de cursos e vagas de medicina aguardam análise

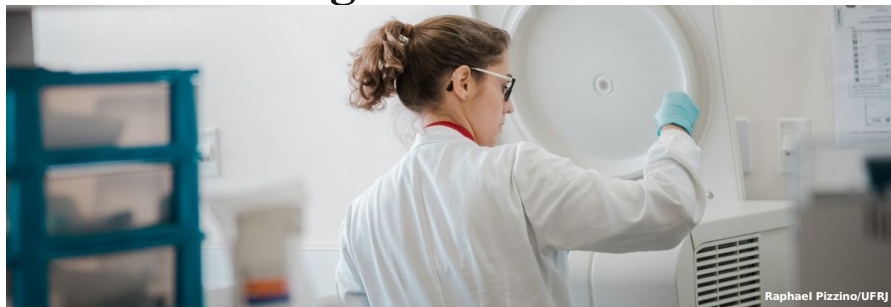


De acordo com o Ministério da Educação (MEC) há mais de 200 pedidos judiciais para a criação de novos cursos ou vagas em medicina no país. As solicitações vêm sendo feitas há cinco anos, segundo a pasta informou à Advocacia-Geral da União (AGU).

O levantamento foi feito no âmbito do processo que tramita no Supremo sobre o tema. As informações contribuirão para que a Corte tome decisões em relação à Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 81 e à Ação Direta de Inconstitucionalidade 7187, que tramitam conjuntamente no STF, com a relatoria do ministro Gilmar Mendes.

A AMIES reitera a necessidade de revisão do regime de formação médica e das ações regulatórias do Ministério da Educação, para a autorização de novos cursos e ampliação de vagas da graduação no Brasil. “O interesse público precisa ser prioridade. Entendemos que ampliar o número de cursos e vagas, mantendo elevado o nível do ensino, refletirá diretamente na qualidade de vida da sociedade”, salientou o presidente da AMIES, Inácio de Barros Melo Neto.

MEC autoriza a oferta de mais de 340 mil novas vagas em cursos técnicos



O Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), autorizou a oferta de mais de 340 mil vagas, em 63 cursos distintos, constantes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). As instituições privadas terão o prazo de dois anos, a contar da publicação da [portaria 639](#), de 6 de dezembro de 2022, para iniciarem os cursos.

A maior parte das vagas autorizadas pelo MEC é para cursos técnicos à distância, que totalizam mais de 318 mil. Os cursos presenciais autorizados somam mais de 21 mil vagas. As autorizações são válidas por até cinco anos e foram expedidas, em sua maioria, para os cursos técnicos de enfermagem, estética, recursos humanos, cuidados de idosos, serviços jurídicos, contabilidade, administração, vigilância em saúde, logística e comércio. Todas as matrículas deverão ser registradas

no Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec).

Com o objetivo de sistematizar e desburocratizar o processo de autorização de vagas para instituições, o MEC normatizou o processo, por meio da [portaria 314](#), de 2 de maio de 2022. As novas diretrizes estabeleceram os critérios de habilitação e de autorização, que visam ampliar a oferta de cursos técnicos no país. Todos os cursos aprovados serão ofertados na modalidade concomitante e subsequente, para atenderem aos estudantes que desejem cursar o ensino técnico, os que já estão cursando o ensino médio e também para aqueles que já concluíram o ensino médio.

Cursos Técnicos - O CNCT apresenta os 215 cursos técnicos existentes, divididos em 13 eixos tecnológicos e sistematizados por áreas de conhecimentos, competências e diferentes habilidades.

EXPEDIENTE

Presidente: Inácio de Barros Melo Neto | **Vice-presidente:** Ricardo Benedito de Oliveira | **Diretor administrativo:** Alexandre José Braga Chaddad | **Diretor Técnico:** Fernando Passos | **Conselho de Administração:** Gervásio Meneses de Oliveira, Getúlio Américo Moreira Lopes e José Luiz Cintra Junqueira | **Conselho Fiscal:** Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior, Clóvis Fecury e Francisco Leal Salles Neto | **Jornalista Responsável:** Dulce Mesquita (DRT 4425/PE)